

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 25452640/2025 - SED.UIN.AEN

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

1.1 - Necessidade

No atual cenário dos espaços urbanos, promover acessibilidade significa assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertas ao público ou de uso público. Toda pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, tem os seus direitos assegurados pela "Declaração Universal dos Direitos Humanos" pela Organização das Nações Unidas, pela Organização Mundial da Saúde e demais legislações federais, estaduais e municipais. Entretanto, ainda há diversas dificuldades para a sua garantia efetiva, o que torna o engajamento da sociedade fundamental para a eliminação de barreiras e formas de discriminação.

Para garantir a acessibilidade em calçadas, é necessário observar as características dos pisos, o material de revestimento, inclinações, desníveis, dimensões e padronização de mobiliários e elementos urbanos.

A requalificação das calçadas é uma medida essencial para garantir a segurança e o bem-estar dos alunos, professores e comunidade escolar como um todo. As calçadas desempenham um papel fundamental na acessibilidade e na mobilidade, especialmente para crianças, que muitas vezes têm dificuldades em transitar por áreas com pavimentação inadequada. A presença de buracos, desníveis e falta de sinalização pode levar a acidentes e, conseqüentemente, comprometer a integridade física dos usuários.

Em levantamento, considerando a atual situação dos passeios das unidades escolares, é notório a necessidade de adequação das mesmas, haja vista a deterioração natural destes elementos da infraestrutura urbana, somada ao intenso fluxo diário de estudantes, professores e funcionários, a grande incidência de chuvas, ações do intemperismo, a falta de manutenção preventiva, possibilitam o surgimento de patologias, como por exemplo, trincas, fissuras, rachaduras irregularidades do pavimento devido ao tráfego de veículos, serviços de manutenção de galerias e demais obras realizadas na faixa de serviço, o que resulta em desgastes significativos que precisam ser adequadamente tratados por profissionais especializados.

Os passeios (calçadas) das unidades escolares devem atender aos critérios de acessibilidade conforme especificado na legislação vigente. Além disso, o uso incorreto e a falta de manutenção adequada e preventiva acarretaram no surgimento de patologias o que justificam a intervenção para reforma e/ou adequação.

Visando o cumprimento ao Decreto Federal nº 5.296/04, a implantação e concepção dos projetos arquitetônicos e urbanísticos devem seguir as referências básicas as normas técnicas de acessibilidade descritas na ABNT, assim como, a legislação específica e as regras descritas neste Decreto. Deste modo, deve-se garantir que as edificações sejam ou se tornem acessíveis à pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida tanto nos casos de construção, como reforma ou ampliação das edificações de uso público ou coletivo.]

Outro ponto a ser considerado é a necessidade de adequação às normativas de acessibilidade. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) estabelece que todos os espaços públicos e privados devem ser acessíveis a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Relevante registrar que, a Secretaria de Educação não possui mão-de-obra para execução da requalificação dos passeios, não havendo servidores, nem suficientes, muito menos capacitados para executarem os serviços técnicos (de execução).

A contratação de uma empresa especializada com mão-de-obra qualificada, bem como equipe técnica suficiente trazem viabilidade a esta solução visando o atendimento ao interesse público o mais breve possível. Pois desta forma, caberá a futura contratada a aquisição de insumos, serviços, contratação de mão-de-obra para execução das atividades previstas.

Deste modo, esta contratação é de extrema relevância e **tem a finalidade de atender aos critérios de mobilidade e acessibilidade no acesso às unidades escolares do Município de Joinville, assim como, o atendimento às normas e legislação vigente no que diz respeito a necessidade de reforma, construção e/ou adequação das calçadas ou passeios das edificações, promovendo o bem público.**

1.2 - Meta(s) do PME

Destaque-se ainda que, a presente aquisição vêm alinhada com as **estratégias 1.5, 4.7 e 7.16 das Metas 1, 4 e 7**, do Plano Municipal de Educação, **Lei Municipal nº. 8.043/2015** que estabelece:

*1.5. manter a adesão, em regime de colaboração e **respeitadas as normas de acessibilidade**, ao programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e a melhoria da rede física de escolas públicas de Educação Infantil;*

[...]

*4.7. manter a adesão a programas suplementares que promovam a **acessibilidade nas instituições públicas**, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência por meio da adequação arquitetônica*

[...]

*7.16. [...]em cada edifício escolar, garantir a **acessibilidade às pessoas com deficiência**; [...]*

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

A Lei não impõe a elaboração do PCA, pelo contrário, faculta-o. No mesmo sentido, em que pese sua relevância, há apenas recomendações quanto a sua elaboração pela doutrina. Em mesmo sentido há o Memorando PGM.UAD 0020036205.

Ainda, considerando a **Instrução Normativa nº 03/2024** (0023970042), elenca que a elaboração do PCA como uma "alternativa" (uma vez a redação conter "poderá"), sendo assim **relativizada sua elaboração a partir do exercício de 2024**:

*Art. 9º. O Plano de Contratações Anual - PCA **poderá** ser exigido a partir do exercício de 2024, caso em que os Documentos de Formalização de Demanda deverão ser encaminhados até 01 de abril de 2023. (grifo nosso)*

Assim, em que pese não haver PCA publicado ou até a demanda não prevista, não se observa há contrariedade a Lei ou mesmo empecilhos quanto a continuidade da contratação.

No mais, informamos que, muito embora não exista o Plano de Contratações Anual publicado para o ano de 2025, a contratação está prevista no plano de ações desta Secretaria.

Inclusive, a contratação encontra amparo na Lei nº 8.993, de 31 de agosto de 2021, que dispõe sobre a revisão do PPA - Plano Plurianual 2022-2025 do Município de Joinville - **Processo 21.0.187194-1**.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Para a adequada satisfação da necessidade da Administração, devem ser atendidos os seguintes requisitos de contratação:

Para a concretização da contratação se faz necessário que a futura CONTRATADA possua expertise na **execução de calçada/passeio em concreto armado**.

Para tanto, a futura CONTRATADA deverá possuir a **equipe técnica**, em seu quadro um responsável técnico devidamente habilitado, para acompanhar a execução dos serviços a serem realizados, além de possuir quantidade suficiente de profissionais qualificados para atender a demanda da CONTRATANTE dentro dos prazos estabelecidos.

Neste sentido relevante que, para **habilitação** do(s) proponente(s) deverão apresentar comprovação de que tenha realizado **calçadas/passeio em concreto armado** com características compatíveis com o objeto dessa licitação, que corresponde a **20% (vinte por cento)** do total a ser executado, ou seja, **1.887,90 m²** de execução de calçadas/passeio em concreto armado. A definição do percentual aqui exigido se dá por necessária a demonstrar a capacidade técnico-operacional do futuro prestador de serviços (Acórdão nº 3.070/2013, Plenário, TCU). É indispensável à garantia do futuro cumprimento da obrigação a ser assumida (Acórdão nº 534/2016 - Plenário, o Tribunal de Contas da União). Encontra-se dentro dos parâmetros previstos no art. 67, § 2º da Lei nº 14.133/2021 (quantidades mínimas de até 50%). Demonstrando-se como razoável, a garantir a futura prestação de serviços e não prejudicar a competitividade futura do certame. Está dentro dos percentuais de Editais similares da Administração Pública Municipal.

Anota-se ainda que, constata-se como possível a **subcontratação** parcial do objeto, no caso dos serviços acessórios e complementares.

No caso, ainda não se vislumbra impedidos a participação de empresas em **consórcio** para a presente contratação.

Quanto a garantia de execução contratual, considerando a prerrogativa prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, para o presente caso é desnecessária, uma vez que o objeto da contratação não se trata de serviço de grande vulto ou alta complexidade técnica.

Quanto a **garantia do serviço** em si, a CONTRATADA deverá oferecer garantia pelo prazo da lei civil (art. 618 do Código Civil), ou seja, de, no mínimo, **5 (cinco) anos** no que se refere à qualidade e segurança.

Quanto a **critérios e práticas de sustentabilidade**, na execução do serviço deverão ser atendidos:

- **Materiais locais:** Preferir materiais produzidos regionalmente para reduzir a pegada de carbono associada ao transporte.
- **Sinalização inclusiva:** Garantir que as calçadas sejam acessíveis a todos, incluindo pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Implementar sinalização visual e tátil que facilite a circulação de pessoas com deficiência visual.
- Priorizar o uso de equipamentos de baixo consumo energético.
- **Minimização de Resíduos:** Implementar práticas que reduzam a geração de resíduos durante a obra, como a reutilização de materiais existentes.
- **Vida útil prolongada:** Especificar materiais e técnicas construtivas que aumentem a durabilidade das calçadas e meio-fio, reduzindo a necessidade de reparos frequentes.
- **Manutenção simplificada:** Projetar soluções que facilitem a manutenção futura, como acesso facilitado a infraestruturas enterradas (ex.: redes de drenagem).
- Atender a toda e qualquer legislação ambiental/sustentabilidade que possa incidir sobre o objeto da presente contratação, inclusive quando de sua execução;
- Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir.

No caso da presente contratação, as **sanções** administrativas serão as mesmas dispostas na Lei nº 14.133/2021, bem como as eventualmente contidas no futuro Edital e Termo de Contrato.

Relevante que, o(s) proponente(s) tenham procedido a prévia **visita** ao local onde poderão serem realizados os serviços para ciência das condições hoje existentes.

Para a adequada satisfação da necessidade da Administração, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

- **Requisitos mínimos:**

- a) Elementos indispensáveis:
 - Memorial descritivo;
 - Planilhas orçamentárias;
 - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

- Mão de Obra

A mão de obra a empregar pela Contratada deverá ser corretamente dimensionada para atender ao Cronograma Físico de Execução dos serviços, além de tecnicamente qualificada e especializada sempre que for necessário.

- Segurança do Trabalho

a) Em todos os itens da execução do serviço, deverão ser fornecidos e instalados os equipamentos de proteção coletiva que se fizerem necessários no decorrer das diversas etapas, de acordo com o previsto na **NR-18 do Ministério do Trabalho**, bem como nos demais dispositivos de segurança;

b) Deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, a seus funcionários todos os equipamentos de proteção individual necessários e adequados ao desenvolvimento de cada tarefa nas diversas etapas de execução, conforme previsto na **NR-06 e NR-18 da Portaria nº 3.214 do Ministério do Trabalho**, bem como nos demais dispositivos de segurança e legislação vigentes;

c) É responsabilidade da CONTRATADA a garantia de que todos os colaboradores estejam utilizando os EPI's adequados e de forma correta na execução dos serviços.

- Transporte de Materiais

O transporte de materiais e equipamentos referentes à execução do(s) serviço(s) será de responsabilidade da CONTRATADA.

- Canteiro de obra

a) O canteiro das obras deverá ser delimitado de modo a impedir o ingresso, na área, de pessoas não autorizadas, atendidas as leis, regulamentos e posturas municipais, assegurando, em qualquer hipótese, o livre trânsito e a integridade física de pedestres e de veículos nas vias públicas e a proteção dos bens de terceiros, estacionados ou localizados nas adjacências do canteiro.

b) O canteiro deve atender normas técnicas e legislação que tratam da gestão de resíduos da construção civil (Resolução CONAMA 307 e suas respectivas alterações pelas Resoluções nº 348/2004, 431/2011, 448/2012 e 469/2015).

- Instalação provisória de água e energia elétrica

Será de responsabilidade da CONTRATANTE fornecer as instalações de água e energia elétrica. A CONTRATADA fica responsável em providenciar os equipamentos necessários para a execução do objeto, como por exemplo, mangueiras, extensão, cabos elétricos, etc.

- Dimensões da(s) Calçada(s)

As dimensões da calçada seguem conforme alinhamento predial e a calçada existente, quando houver. Na ocorrência de divergências entre as dimensões, a CONTRATADA deverá comunicar à CAF e propor alteração/correção.

Deverão ser observadas as especificações adotadas nos locais de acesso de veículos e demais espaços da calçada, assim como, o tipo de piso tátil a ser implementado no local, atendendo sempre ao disposto na legislação.

- Declividade

A calçada deve ter uma superfície bastante áspera ou até mesmo ser provida de largos degraus, para casos em que a rua seja uma ladeira. O dimensionamento dos degraus, e instalação de piso de sinalização, deverá seguir a recomendação da NBR 9050 e NBR 16537, além de detalhamento específico. Em geral, para promover o escoamento da água pluvial, os passeios deverão ter inclinação de 3% no sentido da rua, conforme especificação do croqui/layout de implantação.

Adicionalmente, a CONTRATADA deverá atentar-se às especificações de declividade nas regiões de acesso de veículos, travessias, rebaixos de esquina, dentre outros.

- Responsabilidade Técnica

Para a realização do serviço de execução da(s) calçada(s), o responsável técnico deverá estar devidamente registrado junto ao conselho de classe competente (CREA e/ou CAU), apresentar a devida responsabilidade técnica através de ART e/ou RRT.

- SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

- Previamente ao início das atividades a CONTRATADA será orientada pelo setor de Infraestrutura da Secretaria de Educação sobre os critérios a serem atendidos na execução das calçadas, conforme padrão da SAMA (de execução contendo as devidas dimensões e especificações do passeio) e demais legislação que se fazem necessárias, além disso, deverá obter todas as licenças e/ou autorizações para a realização do serviço.

- Os serviços de calçamentos deverão ser realizados observando sempre as especificações da SAMA (**SEI 0022349022**), detalhes, memoriais, assim como, nas normas técnicas ABNT vigentes que referem-se à execução dos serviços. Além disso, todos os detalhes de serviços contidos nos desenhos e não mencionados neste memorial e todos os detalhes mencionados neste memorial que não constarem nos desenhos serão interpretados como fazendo parte do projeto, sendo que todas as dúvidas deverão ser sanadas junto à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização (CAF) da CONTRATANTE.

- Administração Local

A CONTRATADA deverá, conforme Planilha Orçamentária, dispor de Profissional técnico habilitado com registro no Conselho de Classe, Encarregado Geral de obra, para acompanhamento do serviço, que reportará à fiscalização o andamento dos serviços.

- Placa de obra

As placas de obra deverão ser providenciadas e instaladas pela CONTRATADA conforme as exigências do código de edificação seguindo o padrão adotado pela Prefeitura Municipal de Joinville nas dimensões de **2,80 x 1,40m** (cada uma) em local a ser definido pela CAF.

As placas deverão ser reutilizadas e previstas em quantidades adequadas conforme a **execução simultânea de 3 (três) calçadas**. As placas permanecerão fixadas até a data de entrega provisória do serviço. Fica a cargo da CONTRATADA os custos de fabricação, montagem e fixação das placas.

- Mobilização e desmobilização

Fica a cargo da CONTRATADA os custos e a execução da mobilização e desmobilização de materiais e do canteiro de obras.

- Isolamento do local

A CONTRATADA deverá realizar o isolamento da local conforme a locação da mesma, considerando o alinhamento predial existente, delimitações da via e os projetos apresentados. O isolamento deverá ser realizado com **tela plástica laranja em altura de 1,20 m** em estrutura de madeira devidamente fixada. A ocorrência de erro na locação projetada, implicará à CONTRATADA a obrigação de proceder, por sua conta e nos prazos estipulados, as modificações, demolições e reposições que se tornarem necessárias.

Adicionalmente, fica sob a responsabilidade da CONTRATADA a instalação de todo o sistema de sinalização de proteção para pedestres e viário, quando necessário.

- Remoção e demolição

As calçadas das unidades escolares serão totalmente demolidas, independente do seu estado de conservação. O reaproveitamento de material oriundo da demolição das calçadas não será considerado, com exceção das executadas em blocos intertravados (paver), que deverão ser retirados e depositados em local específico. Os materiais a serem demolidos ou removidos deverão ser previamente umedecidos, para reduzir a formação de poeira no momento do seu transporte.

Os resíduos oriundos da demolição deverão ser fragmentados com rompedores a ponto de serem colocados manualmente em caçambas e encaminhados para o aterro sanitário licenciado para esse fim. A gestão dos resíduos da construção civil deverá seguir as diretrizes da **Resolução CONAMA N° 307 de 05/07/02 - DOU de 17/07/02** (ou as que vierem a suceder), que estabelece os critérios e procedimentos e ações que visam minimizar impactos ambientais, assim como, demais normas regulamentadoras.

- Remoção do piso paver e meio-fio de pedra bruta

As calçadas construídas em paver assim como os meios-fios de pedra bruta existentes na via serão retirados para conformação dos novos passeios a serem executados. Tais materiais deverão ser transportados e depositados pela CONTRATADA nas **Unidades Regionais de Obras e/ou Subprefeitura da região**.

- Carga e transporte de resíduos

Os resíduos oriundos do serviço de demolição deverão ser imediatamente dispostos em caçambas e transportados para o aterro licenciado para esse fim.

- Execução da Calçada:

• Regularização e compactação da base

A superfície de fundação da calçada deve ser devidamente regularizada, apresentando-se lisa e isenta de partículas soltas ou sulcadas e ainda, não deve apresentar solos que contenham substâncias orgânicas e sem quaisquer problemas de infiltrações d'água ou umidade excessiva, tornando-se necessária sua remoção até uma profundidade conveniente (normalmente até 0,40 m) e substituindo-o por um material mais resistente.

A execução da camada de regularização é posterior a retirada do solo orgânico e demais partículas onde será executado o passeio. A CONTRATADA será responsável por providenciar o material (solo de boa qualidade) para o aterro do passeio. Adicionalmente, a compactação deverá ser realizada em camadas de no máximo 20 cm, considerando a umidade ótima do solo, utilizando ferramentas e/ou maquinário específico para essa finalidade sob responsabilidade da CONTRATADA.

Após a compactação, a base da calçada deverá ser realizada sobre uma camada granular de **brita zero** (pedrisco) devidamente nivelada e regularizada com espessura mínima de 5 cm (cinco centímetros).

• Corte de asfalto com disco

Para a troca e retirada do meio-fio, assim como, a execução do objeto, a CONTRATADA deverá realizar a escavação e corte do asfalto utilizando cortadora de piso e disco diamantado segmentado com diâmetro de **350 mm**.

• Execução de passeio

Todo perímetro da calçada deverá ser composto de formas de madeira pinus ou equivalente da região que seja de boa qualidade devidamente estaqueada e alinhada, isenta de defeitos, delimitando de forma regular o nivelamento e alinhamento do concreto.

Sobre a brita, deverá ser instalada uma lona de plástico de no mínimo **150 (cento e cinquenta) micras**.

Após a colocação da lona, uma malha **soldada nervurada de 10x10 CA 60** deverá ser aplicada em toda a área da calçada incluindo a instalação de espaçadores a fim de garantir o cobrimento.

A calçada será executada em concreto usinado classe **C20** com resistência mínima de $F_{ck} = 20$ MPa.

Desde a sua fabricação bem como todo o seu controle tecnológico deverá ser registrado em atendimento às Normas Técnicas da ABNT. Antes de lançar o concreto, é importante umedecer a base e as ripas em quantidade suficiente para que o material da base não absorva a água do concreto impedindo a alteração do seu fator água/cimento.

A concretagem só deverá ser iniciada, quando houver a garantia de que as formas estejam bem fixadas, livres de qualquer possível movimento, e com as dimensões, prumo e esquadro aferidos. Além disso, a armadura deverá atender ao cobrimento mínimo descrito em norma técnica NBR 6118 e não deverá apresentar indícios de corrosão.

Durante seu lançamento e espalhamento o concreto deverá ser adensado com vibradores e o acabamento da superfície deverá ser desempenada, a fim de manter a aderência.

A cura do concreto deverá estar assegurada pela CONTRATADA, e caso ocorra trincas de retração, a calçada deverá ser refeita. A superfície concretada deverá ser mantida continuamente úmida, sendo irrigada diariamente, recoberta com uma camada de areia ou com sacos de cimentos vazios, molhados várias vezes ao dia. Tal tratamento serve para evitar a incidência direta de raios solares e ser mantido por no mínimo 7 dias.

Todas as caixas de inspeções deverão receber uma gola dilatada da calçada para proporcionar a retirada das tampas sem afetar as calçadas, nos quatro cantos das tampas/golas, as calçadas deverão prever ferragens para combater a trinca nos cantos;

Os passeios deverão ter inclinação mínima de 3% para o escoamento das águas pluviais, além disso, nos casos específicos as inclinações, rampas, desníveis e dimensões das calçadas devem respeitar as normas da ABNT 9050 e 16537.

- Piso Tátil

Todos os acessos públicos ao edifício deverão receber piso podotátil e sinalização tátil. A sinalização tátil no piso é considerada um recurso complementar para prover segurança, orientação e mobilidade a todas as pessoas, principalmente àquelas com deficiência visual ou surdo-

cegueira.

- Meio-fio Pré-moldado de Concreto

Será implantado meio-fio pré-fabricados de concreto ao longo de toda a via e também no alinhamento do terreno, na dimensão de 100,0 cm (comprimento) x 12,0 cm (base inferior) x 8,0 cm (base superior) x 30,0 cm (altura).

Antes de seu assentamento sua base deverá ser nivelada e compactada.

Os meio-fios deverão possuir boa resistência à abrasão e à flexão, conforme especificação técnica, e além disso, isentos de defeitos, trincas, rachaduras, devendo ser substituídas todas as peças danificadas.

A remoção das peças deverá ser feita evitando ao máximo danos ao asfalto existente.

Os danos causados nos pavimentos adjacentes ao passeio deverão ser recuperados, com material igual ou superior ao existente.

- Corte em Piso de Concreto

A junta de dilatação feita através do corte em piso de concreto permite que a estrutura de concreto se movimente com flexibilidade e de forma independente, sendo um espaço necessário para a expansão e contração do material, impedindo a danificação da superfície e formação de fissuras, por exemplo. O corte deverá ser realizado com equipamento específico e disco diamantado com 350 mm de diâmetro com espaçamento máximo de 2 metros entre eles. Nas calçadas com largura superior a 2 metros, deverão ser previstas juntas longitudinais dispostas no centro do passeio.

- Bocas de Lobo

As bocas de lobo com tampa sobre o passeio deverão ser niveladas, e as peças danificadas substituídas.

A boca de lobo será do padrão da Prefeitura Municipal de Joinville para passeio, com tampa de concreto e com dimensões de 96,0 cm (largura junto ao meio-fio) x 60,0 cm (profundidade) x 7,0 cm (altura).

Ao final dos serviço de alinhamento do meio-fio, as caixas de boco de lobo devem ser limpas e desobstruídas.

- Serviços Finais

Durante a execução do serviço e após a conclusão do passeio, a **CONTRATADA deverá manter o local limpo, livre de entulhos e restos de materiais**. Como já mencionado, os resíduos deverão ser dispostos em caçambas e a finalização da obra deverá ser precedida de varrição em toda a área de passeio.

- Quanto aos parâmetro(s) para o cálculo do valor estimado da contratação, que estarão de acordo com o previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e **art. 67 da Instrução Normativa nº 03/2024** da Secretaria de Administração e Planejamento, sendo que a estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos farão parte (em documento próprio) do processo de Requisição de Compras.

4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

- 4.1 - As quantidades estimadas para a presente contratação, são considerando um levantamento preliminar realizado pela Gerência de Infraestrutura da Secretaria de Educação:
- a) Estrutura (metragem quadrada) já construída nas escola mapeadas inicialmente para requalificação, as quais sejam:
 - 9.104,00 m²
 - b) Acréscimo de quantidade para a eventual necessidade de novas requalificações durante a vigência da Ata de Registro de Preços (podendo ser causada por vandalismo, sobre peso de veículos, dentre outra situações);
 - c) Disponibilidade orçamentária.

4.2 - Sendo assim definido:

Item	Quantidade	Unidade de Medida	Código e-Publica / Denominação Serviço
1	9.439,50	m²	45574 - Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto moldado <i>in loco</i> , usinado, acabamento convencional, espessura de 10cm armado.

4.3 - Destaque-se também que, para esta contratação a modalidade mais adequada é o Sistema de Registro de Preço (SRP), pois possibilitará a requalificação das calçadas na medida em que for(em) necessário(s), ao longo da Ata/ Termo de Contrato.

Considerando que a demanda deste tipo de serviço é variável, o SRP é o que mais se adequa. Pois eventual necessidade de requalificação pode surgir de forma imprevista, como p. ex. no caso de vandalismo, veículos trafegando sobre a calçada de forma indevida, assim, afetando a sua estrutura, se fazendo necessária sua readequação o mais breve possível, conforme surge a necessidade.

Para este caso, assim, por oportuno se adotar o Sistema de Registro de Preço (SRP) como o mais adequado, consonante ao disposto art. 82 e ss. Lei nº 14.133/2021.

Bem como cumulativamente o disposto no **art. 3º**, do **Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023**:

- Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:*
- I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;*
 - II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;*
 - III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;*
 - IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional*

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Entre as alternativas para soluções disponíveis de mercado, podemos citar:

a) Qual tipo de requalificação (mais comuns)

Para requalificação das calçadas, há algumas possibilidades:

a.1) Concreto: Muito durável e resistente, pode ser moldado em diversas formas e acabamentos. É uma opção durável, relativamente barata e fácil de instalar para áreas grandes e planas.

O concreto é um dos materiais mais comuns para calçadas, especialmente em áreas urbanas.

Vantagens:

- Alta resistência ao tráfego intenso.
- Duração prolongada quando bem executado.
- Possibilidade de reparos localizados (no caso do paver).
- Custo relativamente acessível.

Desvantagens:

- Pode ser escorregadio se não tiver textura adequada.
- O concreto moldado pode rachar com o tempo.
- Menos permeável, contribuindo para problemas de drenagem.

a.2) Paver (blocos de concreto): Disponíveis em várias cores e formatos, são fáceis de instalar e oferecem boa drenagem.

Os blocos de concreto intertravado são amplamente utilizados por sua versatilidade e durabilidade.

Fácil remoção para reparos em tubulações subterrâneas.

Vantagens:

- Estética moderna e personalizável.
- Alta resistência mecânica.
- Facilidade de manutenção e substituição de peças danificadas.
- Opções permeáveis que ajudam na drenagem.

Desvantagens:

- Custo inicial maior do que o concreto moldado.
- Pode acumular sujeira nas juntas, exigindo limpeza regular.
- Necessidade de uma base bem compactada para evitar afundamentos.
- Se mal instalados, podem ficar irregulares com o tempo.

a.3) Pedra natural: Como granito, mármore ou basaltos, proporciona um visual sofisticado, mas pode ser mais caro. As pedras naturais, como granito, mármore ou basalto, são usadas em áreas de maior valor estético.

Vantagens:

- Durabilidade excepcional.
- Beleza natural e acabamento sofisticado.
- Resistência a intempéries e desgaste.

Desvantagens:

- Custo elevado.
- Maior complexidade na instalação.
- Pode ser escorregadia, especialmente se polida.

a.4) Paralelepípedos: Os paralelepípedos são tradicionais e ainda muito utilizados, especialmente em áreas históricas ou turísticas.

Vantagens:

- Grande resistência e durabilidade.
- Estética clássica e charmosa.
- Possibilidade de reaproveitamento (sustentável).

Desvantagens:

- Desníveis podem causar desconforto ou riscos de tropeço.
- Difícil manutenção e reposição individual.

- Menor permeabilidade.

a.5) Pisos drenantes: Os materiais permeáveis são uma tendência sustentável para melhorar a drenagem urbana.

Vantagens:

- Reduz o escoamento superficial e alagamentos.
- Promove a recarga do lençol freático.
- Amigável ao meio ambiente.

Desvantagens:

- Custo inicial mais alto.
- Requer manutenção regular para evitar entupimento das aberturas.
- Menor resistência em áreas de tráfego pesado.
- Pode entupir com acúmulo de areia/terra.

a.6) Madeira: Utilizada em áreas de menor tráfego, pode ser tratada para resistir ao tempo. É usada principalmente em áreas especiais, como praças ou calçadas à beira-mar.

Vantagens:

- Estética única e aconchegante.
- Confortável para caminhar.
- Ideal para áreas com vistas panorâmicas.

Desvantagens:

- Alto custo de manutenção.
- Vulnerabilidade a pragas, umidade e deterioração.
- Menor durabilidade em comparação com outros materiais.

a.7) Asfalto: Comum em áreas urbanas, é uma opção econômica, mas pode não ser tão estética. Embora menos comum para calçadas, o asfalto pode ser usado em algumas situações específicas.

Vantagens:

- Baixo custo.
- Instalação rápida.
- Superfície lisa e confortável para caminhar.

Desvantagens:

- Menor durabilidade em comparação com outros materiais.
- Pode derreter ou deformar em temperaturas altas.
- Não é adequado para áreas com muita umidade ou onde há necessidade de permeabilidade.

a.8) Calçadas Verdes: As calçadas verdes combinam pavimentação com vegetação, promovendo sustentabilidade e conforto térmico.

Vantagens:

- Melhora a drenagem urbana.
- Reduz o calor nas cidades (efeito ilha de calor).
- Estética agradável e natural.

Desvantagens:

- Requer manutenção regular (corte de grama, irrigação).
- Não é adequado para áreas de alto tráfego.
- Custo inicial pode ser elevado.

a.9) Cascalho, brita ou chão batido: Uma solução mais rústica e permeável, que permite boa drenagem. Entretanto, não apresenta durabilidade, em que pese seu baixo custo.

b) De qual forma executar

b.1) Própria Secretaria de Educação requalificar os passeios (calçadas) das unidades

A Secretaria não possui mão-de-obra para execução da requalificação dos passeios (calçadas). Não há servidores, nem suficientes, muito menos capacitados para executarem os serviços técnicos.

Outro fato a Secretaria não possui contrato de mão-de-obra (terceirizada) pra tal finalidade.

De igual forma, não há contratos de insumos suficiente para a execução da requalificação dos passeios (calçadas). O que geraria a necessidade de processos licitatórios que podem ter resultados imprevistos.

A priori apresenta um custo a menor frente a outra solução. Entretanto, pelo fato da Secretaria ter a necessidade de várias contratações para atender o objeto este pode se tornar moroso.

b.2) Contratação de empresa especializada a realizar a requalificação dos passeios (calçadas) das unidades

Demonstra-se a solução mais viável de momento.

Considerando o apontado no item anterior, a contratação de uma empresa especializada com mão-de-obra qualificada, bem como equipe técnica suficiente trazem viabilidade a esta solução visando o atendimento ao interesse público o mais breve possível.

Pois desta forma, caberá a futura contratada a aquisição de insumos, serviços, contratação de mão-de-obra para execução das atividades previstas.

O que gera agilidade, confiabilidade no resultado final e qualidade.

b.3) Parcerias / doações

Uma das alternativas poderia ser receber doações ou se estabelecer parceria com empresas, fundações ou organizações.

Todavia, em contraponto, cria-se uma dependência de terceiros. Fora o fato de que, depender apenas e tão somente da "boa vontade" de terceiros, esta pode cessar a qualquer momento.

O que gera ainda a necessidade de se estabelecer relacionamentos duradouros e sólidos junto aos potenciais parceiros.

Outro consideração é o fato de que, pode-se sofrer limitações nas opções e volume de contratações e serviços prestados, devido as preferências dos parceiros, bem como de sua disponibilidade orçamentária para esta finalidade.

Muitas vezes, inclusive a qualidade e quantidade podem ser incertas.

Pode ainda haver a necessidade de aportes de recursos públicos para garantir o pleno atendimento da necessidade.

b.4) Chamamentos públicos

O chamamento público para este tipo de contratação, não se vislumbra como uma prática da Administração Pública. Sem contar o fato de que, um chamamento poderia gerar diversos contratos, com diversos prestadores, que ao longo do tempo que poderia prejudicar a gestão contratual e execução dos serviços.

b.5) Contratações unificadas em âmbito municipal e contratações compartilhadas em consórcios

Quanto as compras unificadas internas do Município, esta poderia ser uma solução. Entretanto, não há de momento grupo de compras para este objeto.

Quanto as compras compartilhadas, considerando que o Município de Joinville optou em participar de licitações compartilhadas junto aos Consórcio CIM-CATARINA e CIM-AMUNESC, esta também poderiam ser uma alternativa. Entretanto, ressalte-se que, esta é uma prerrogativa, não uma obrigação.

Há como vantagens a participação, o aumento da economia de escala potencializada pela contratação de aquisição de bens ou contratação de serviços em um único processo licitatório acompanhado dos custos operacionais, ganho em escala, padronização, entre outros.

Todavia, há um outro lado, outras questões a serem abordadas, como p. ex.:

- Complexidade na gestão: A participação em um consórcio exige uma gestão eficiente e coordenada entre os membros participantes. Isso pode apresentar desafios adicionais, pois envolve a coordenação de interesses, tomada de decisões conjuntas e resolução de conflitos. A falta de uma gestão adequada pode levar a atrasos e problemas operacionais.
- Dependência de outros membros: Os resultados das licitações podem depender do desempenho e da contribuição de outros membros do consórcio. Se um ou mais membros não cumprirem suas responsabilidades adequadamente, isso pode afetar negativamente a eficácia e a eficiência das licitações.
- Menor flexibilidade: Participar de um consórcio pode exigir que os órgãos públicos sigam determinadas regras e regulamentos estabelecidos pelo consórcio. Isso pode resultar em uma menor flexibilidade na condução das licitações, impedindo que os órgãos públicos adotem abordagens mais personalizadas ou específicas para suas necessidades individuais.
- Possíveis conflitos de interesse: Dependendo da composição do consórcio, pode haver conflitos de interesse entre os membros. Isso pode surgir quando os membros têm interesses concorrentes ou diferentes prioridades. Tais conflitos podem prejudicar a objetividade e a imparcialidade das licitações.
- Complexidade na gestão de contratos: A administração e a gestão de contratos podem se tornar mais complexas em um consórcio, especialmente quando há a participação de vários membros. Coordenar as obrigações contratuais, as responsabilidades e as expectativas de todos os membros requer uma gestão eficiente e uma comunicação clara.
- Restrições de autonomia: Participar de um consórcio pode implicar em restrições à autonomia dos órgãos públicos. Isso ocorre porque as decisões sobre as licitações podem precisar ser tomadas de forma conjunta, considerando os interesses e necessidades de todos os membros. Isso pode limitar a flexibilidade e a independência dos órgãos públicos.
- Riscos compartilhados: Ao aderir a um consórcio, as entidades participantes compartilham os riscos associados aos projetos licitados. Isso significa que, se um dos membros do consórcio enfrentar problemas financeiros, técnicos ou legais, todos os outros membros também serão afetados. É importante realizar uma análise cuidadosa dos riscos envolvidos e estabelecer mecanismos adequados para mitigá-los.
- Dependência dos membros: Os consórcios dependem da participação ativa e comprometimento dos membros para alcançar seus objetivos. Se um ou mais membros não cumprirem suas obrigações ou retirar-se do consórcio, isso pode afetar negativamente a continuidade e efetividade das licitações em andamento. Portanto, é essencial selecionar cuidadosamente os membros e estabelecer acordos claros sobre as responsabilidades e obrigações de cada um.
- Possíveis atrasos: Devido à natureza colaborativa dos consórcios, pode haver atrasos no processo de tomada de decisão. A necessidade de consulta e consenso entre os membros pode prolongar o tempo necessário para finalizar as etapas do processo licitatório. Isso pode ser problemático em situações em que é exigida uma resposta rápida ou quando há prazos rígidos.

Cabe destacar neste sentido que, o gestor público dispõe de competência discricionária para escolher entre promover a licitação ou aderir a um registro de preços já existente. [Adesão à ARP: "Pegar carona" é recomendável ou reprovável? Acesso em: 10/04/2024. Disponível em: https://egov.df.gov.br/wp-content/uploads/2023/02/Adesao-a-ARP_-Pegar-carona-e-recomendavel-ou-reprovavel.pdf]

Dito isto, por oportuno ressaltar e frisar que, deve-se analisar se a municipalidade possui capacidade tanto de pessoal como técnica para realizar a contratação do objeto em questão. O que no nosso caso é possível, sem quaisquer prejuízos.

Há de se observar ainda, que, visado não prejudicar os demais consorciados se o interesse fora antecipado ao Consórcio quando da construção do processo licitatório.

Considerando o lapso de tempo, sendo um dos principais fatores a serem observados quanto as contratações públicas, a análise da vantajosidade à adesão a contratações compartilhadas junto aos Consórcios, sendo estas uma solução efetivamente válida ao atendimento à necessidade pública, esta análise seria válida junto a Atas de Registro de Preços ou Contratos já vigentes, pois processos ainda em tramitação estaria concorrendo em pé de igualdade a elaboração de processo licitatórios internos ao Município (ou não, pois a municipalidade pode agilizar a construção conforme sua necessidade e por ser gestora do processo como um todo, tornando-o assim mais célere em comparação a licitação compartilhada), pois da mesma forma gera incertezas de quando do efetivo atendimento da demanda, de valores (homologados) e inclusive de prazos de sua disponibilidade, não se demonstrando assim vantajosidade ao Município. Sem contar o fato de que, ante a, até então, ausência de facilidade de acesso a essas informações antecipadamente, prejudica a análise do gestor público. E o interesse público não pode esperar.

No caso, ainda relevante registrar e se observar o Princípio Constitucional da Autonomia Municipal, previsto na Constituição Federal. A Constituição Federal, em seu art. 30, confere aos municípios autonomia para legislar e administrar seus assuntos locais. Essa autonomia implica na capacidade de os municípios decidirem sobre suas contratações de acordo com suas particularidades e necessidades. A adesão irrestrita a Atas de Registro de Preços de um Consórcio poderia limitar essa autonomia, tornando o município dependente de decisões centralizadas que podem não atender adequadamente à realidade local.

Aliás, a Administração Pública deve acima de tudo buscar a eficiência em suas contratações. Ao analisar a adesão a uma Ata de Registro de Preços de um Consórcio, é necessário avaliar vários fatores que não somente preços, bem como se as condições propostas para contratação, os tipos de objetos contratados, se são realmente vantajosas para o Município. Assim, considerando a Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021, o previsto em seu art. 23, § 1º, as contratações agora, não se resumem ao "menor preço", mas ao "melhor preço", ou seja, a análise não se fundamenta apenas na economicidade da contratação, mas há um conjunto de outros fatores (prazos, especificações técnicas, exigências documental, dentre outros).

Inclusive pode-se vislumbrar que há (fora dos Consórcios) mercados mais competitivos ou condições mais favoráveis, o que justificaria a não adesão à ata dos Consórcios.

Outro ponto que merece ser anotado é que, a adesão aos Consórcios, traz ao Município, inclusive, custos adicionais (contrato de rateio, dentre outras despesas administrativas).

Merece destaque também que, em que pese haver, aparentemente, o cumprimento dos ditames legais por parte dos Consórcios, estes não atendem em sua plenitude ou na maioria das vezes as exigências das contratações aqui do Município, seja desde o procedimento de estruturação, construção do processos de compras, bem como da parte licitatória (e Edital), o que poderia gerar eventuais inseguranças jurídicas. Assim a não adesão a uma Ata de Registro de Preços de um Consórcio pode ser justificada pelo objetivo de garantir a qualidade e a integridade dos produtos e serviços contratados pelo Município. Por vezes, ainda as contratações através dos Consórcios podem englobar uma ampla gama de fornecedores e produtos, nem sempre passando por rigorosos processos de seleção e avaliação conforme é realizado aqui no Município. Assim, ao realizar contratações independentes, o Município pode estabelecer critérios mais rigorosos de seleção, buscando garantir a qualidade dos produtos e serviços contratados, bem como a idoneidade das empresas envolvidas.

Em que pese termos a figura do Consórcio ser algo "maior" que o Município, que poderia angariar maiores vantagens (principalmente financeira, muito devido as quantidades a contratar) ainda não se vislumbra dessa forma, no qual os procedimentos de contratação merecem um melhor amadurecimento. Justifica-se assim, a não adesão uma vez que ainda se identifica fragilidades, riscos significativos associados a essas contratações. Isso pode incluir riscos relacionados à qualidade dos produtos ou serviços, capacidade dos fornecedores em atender às demandas necessárias (em tempo) ou até mesmo riscos de imprevistos contratuais. Desta forma, ao realizar contratações independentes, o Município pode adotar medidas de mitigação de riscos mais adequadas à sua realidade e necessidades, protegendo seus interesses e evitando problemas futuros.

Há que se notar ainda a questão de inflexibilizar a gestão do Município quanto a gerir suas contratações, pois estas seriam deixariam de estar no controle da municipalidade, podendo haver prejuízos, principalmente quanto ao atendimento em tempo das demandas, que muitas vezes são imprevisíveis e surgem ao longo do ano. Assim, a não adesão à Ata de Registro de Preços de um Consórcio permite que o Município tenha mais flexibilidade na gestão de suas contratações. A adesão a uma ata de um consórcio implica em estar vinculado aos fornecedores e condições preestabelecidas no momento da Ata, o que pode limitar a capacidade do município de responder a mudanças e adaptações necessárias ao longo do tempo.

Cabe destacar ainda que, cada Município tem necessidades específicas em termos de especificações técnicas (dos produtos e serviços) que deseja adquirir que na maioria das vezes não é compatível com os demais. Se a Ata de Registro de Preços do Consórcio ou Termos de Contrato não contemplar todas essas especificações técnicas específicas, o Município pode justificar sua não adesão com base na necessidade de atender a requisitos técnicos particulares.

Por sua vez a não adesão à Ata de Registro de Preços e Termos de Contrato pode ser justificada com base na necessidade de garantir a transparência e o controle do processo de contratação pública. Ao realizar contratações independentes, o Município tem maior controle sobre o processo (como um todo, desde seu início até sua conclusão), podendo adotar medidas adicionais para assegurar a lisura e a transparência em todas as etapas. Isso inclui a elaboração de editais de licitação, a realização de julgamentos transparentes e a publicidade adequada dos resultados, fortalecendo a credibilidade e a confiança na Administração Municipal.

Inclusive a não adesão à Ata de Registro de Preços e Termos de Contrato pode ser justificada quando o Município identifica riscos significativos associados à adesão. Isso pode incluir riscos relacionados à qualidade dos produtos ou serviços, capacidade dos fornecedores em atender às demandas necessárias ou até mesmo riscos de imprevistos contratuais. Ao realizar contratações independentes, o Município pode adotar outras medidas de mitigação de riscos mais adequadas à sua realidade e necessidades, protegendo seus interesses e evitando problemas futuros.

Ao não aderir a uma ata de registro de preços de um consórcio, o Município pode promover a concorrência entre fornecedores, principalmente dos locais. Isso pode estimular a economia local, fomentando o desenvolvimento de empresas e empreendedores locais, além de possibilitar a contratação de produtos e serviços com características específicas da região, o que pode contribuir para a identidade e o crescimento econômico do Município. Outro ponto é que estes (Consórcios) podem limitar a concorrência e reduzir a possibilidade de obter preços mais competitivos, principalmente junto ao mercado local. Isso pode limitar a capacidade do Município de buscar soluções mais eficientes e adequadas para suas demandas específicas, especialmente considerando as particularidades socioeconômicas, culturais e geográficas de cada localidade. Aliás, a centralização de compras no consórcio inviabiliza o estímulo à livre concorrência e à economia regional.

Aliás, a não adesão à Atas de Registro de Preços ou Termos de Contrato dos Consórcios permite que o Município busque soluções mais adequadas e personalizadas, considerando suas particularidades e visando a prestação de serviços de maior qualidade aos cidadãos.

Outro ponto que deve-se ter em consideração é a autonomia que o(s) Consórcios possuem, no qual a interferência do Município é

relativa. Não tendo qualquer controle, principalmente quanto suas prioridades de contratação ou objetos de contratação. Estes são compostos por vários municípios, com demandas diferentes, e que, inclusive, simultaneamente podem ambos terem Atas ou Contratos para serviços similares, o que, de igual forma, não se imagina infringir o previsto no art. 82, inc. VIII da Lei nº 14.133/2021. Inclusive aqui um ponto ser ressaltado, vislumbra-se que a vedação remeta a contratações internas, não atingindo contratações de outros entes externos (como no caso os Consórcios). Devemos tomar cuidado na interpretação literal da Lei.

Há ainda junto as documentações dos Consórcios, em que não há obrigatoriedade de sua participação, conforme Termo de Uso de Licitações Partilhadas do CINCATARINA - TU139/01:

[...]

1. ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO

[...] poderão participar do Projeto de Licitações Compartilhadas do CINCATARINA. (grifo nosso)

Por sua vez o Protocolo de Intenções do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA (Segunda Alteração e Consolidação):

Art. 3º - Para o cumprimento de seus objetivos e finalidades o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, entre outros, poderá:

[...]

XIII - Realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados, podendo entre outros:

a) Realizar licitações compartilhadas em favor dos entes consorciados, acompanhar a execução, bem como proceder à aquisição, administração ou gestão compartilhada de bens e serviços de interesse dos entes consorciados, inclusive para a execução de ações ou programas Federais e Estaduais transferidos ou conveniados com os entes da federação;

No caso do Protocolo de Intenções do CIM-AMUNESC:

Cláusula 14 [...]

Parágrafo único: Para a consecução da gestão associada, os Municípios podem delegar ao Consórcio o exercício das competências que ensejem o cumprimento de seus objetivos, objeto e finalidades do Consórcio. (grifo nosso)

Ou seja, em ambos, não se constata a obrigatoriedade de adesão as contratações dos consórcios ou que estes tenham que realizar as contratações pelos municípios.

Em regra o Município faz parte, porém, isso não gera a obrigação de participar das licitações ou de aderir as suas Atas de Registro de Preços ou Termo de Contrato.

Da mesma forma, ambos os instrumentos de adesão respeitam a autonomia do entes federativos consorciados em seu bojo.

Diante do exposto, cumpre registrar que, a participação à adesão a contratações através dos Consórcios perpassa pela análise de oportunidade e conveniência do gestor público. Principalmente quanto da oportunidade em condições principalmente em que o Município se veja desabastecido (ou em necessidade urgente e que já haja Ata ou Termo de Contrato vigente) ou que não tenha condições por si só de realizar suas contratações. O que não é o caso da presente contratação.

c) Ata registro de preços x contratação contínua

A demanda pelas requalificações é muito relativa, e variam ao longo do ano (o que não se enquadraria como um serviço contínuo). Diante deste fato, considerando a padronização na execução das calçadas, e ainda, as questões imprevisíveis de vandalismo, o registro de preços se demonstra como o mais vantajoso para o objeto da presente contratação.

CONCLUSÃO - MELHOR SOLUÇÃO: Diante das opções de mercado apresentadas, comparando-se as soluções encontradas no mercado, de forma objetiva, a mais vantajosa para a Administração Pública sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência é **a contratação de empresa especializada na requalificação dos passeios (calçadas) e meio-fio das unidades, de concreto, através do Sistema de registro de preço (SRP)**

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 - Os valores referenciais para o presente processo de contratação, bem como suas memórias de cálculo, estarão discriminados nos seguintes documentos que compõem o presente processo de contratação:

- 6.1.1 - Planilha Orçamentária Sintética;
- 6.1.2 - Planilha Orçamentária Analítica;
- 6.1.3 - Orçamentos Planilhados;
- 6.1.4 - BDI - *Benefícios e Despesas Indiretas*.

6.2 - No entanto, de início, estima-se a contratação no valor de **R\$ 3.051.412,77.**

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1 - Considerando os elementos tragos ao presente documento, e baseando-se na necessidade, no histórico de contratações, na descrição do serviço amplamente utilizado no mercado e necessários a qualquer órgão público ou particular na gestão de imóveis, conclui-se que **a solução como um todo para atendimento do serviço é a contratação de empresa especializada na requalificação dos passeios (calçadas) e meio-fio das unidades, de concreto, através do Sistema de registro de preço (SRP) com o fornecimento de insumos, serviços, e mão-de-obra capacitada. Quanto ao interesse público, nota-se ainda que haverá atendimento aos critérios de acessibilidade e garantia da mobilidade à toda população.**

7.2 - O objeto da presente contratação atende aos requisitos disposto em Lei nº 14.133/2021 (**art. 85**), ou seja, trata-se de (i) um serviço padronizado; (ii) não possui complexidade técnica e operacional, bem como (iii) há uma necessidade permanente / frequente do serviço a ser

contratado. Neste sentido, cumpre esclarecer que, o objeto da presente contratação é padronizado, sem complexidade técnica e operacional, pois pode-se constatar isso através dos descritivos dos itens que compõem a contratação, ou seja, possuem especificações padrões de mercado. Ainda relevante constar que, a necessidade é permanente / frequente. Entretanto, a demanda não é fixa, pois os quantitativos necessários variam ao longo do ano, por este motivo se amoldar melhor ao Registro de Preços.

7.2.1 - Considerando o histórico de processo anterior **SEI 22.0.190576-7**, nota-se a execução do objeto em tela refere-se a uma atividade padronizável, de fácil individualização na execução, da qual, dispensa-se a elaboração de projeto técnico, conforme Lei 14.133/2021. Art. 18 § 3º. Por esse motivo, entende-se que a contratação através da Ata de Registro de Preço é considerada uma alternativa viável, dado o seu modelo de execução e as particularidades de cada unidade escolar a ser atendida, em particular, a existência de obstáculos e/ou mobiliários urbanos ao longo do passeio, a pavimentação asfáltica, dentre outros elementos.

7.3 - Quanto as especificações, detalhamentos, prazos e garantias estão dispostos nos demais itens deste ETP.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1 - A presente contratação **não é tecnicamente ou economicamente viável em se dividir** por se tratar de um serviço de engenharia de execução da requalificação dos passeios (calçadas) e meio-fio.

8.2 - Considerando o objeto da presente contratação, temos que é inviável a divisão do mesmo, não podendo ser parcelado, visando não se correr riscos de discrepância quando da entrega do produto final, tal como p. ex. padrão das calçadas.

8.3 - A justificativa para o não parcelamento do objeto fora desta forma definida objetivando-se o melhor preço para a Administração Pública, devido ao fato de que, o parcelamento poderá causar desinteresse do mercado e consequentemente da competitividade, não haverá perda de economia de escala, bem como de igual forma, não haverá comprometimento técnico e econômico no caso, pelo contrário, considerando a necessidade da entrega do serviço/obra pronto, o parcelamento poderá prejudicar o resultado final pretendido, sendo assim, o critério para seleção do fornecedor com **base no menor preço unitário**, neste caso demonstrando-se como mais vantajoso para a Administração Pública;

8.4 - Corroborar tal justificativa a licitação anterior, no qual não houve parcelamento do objeto: **SEI 22.0.190576-7**.

8.5 - Desta forma o ideal é se realizar uma única licitação com todo o objeto adjudicado a um único proponente.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões.

Entretanto, aqui relevante constar que, os resultados pretendidos a todos os níveis (economicidade, aproveitamento de recursos - seja de qualquer espécie) estão atrelados ao atendimento da necessidade da existente e da formatação da contratação, no sentido que estão previstos nos demais tópicos deste documento.

Com a presente contratação busca-se o melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros, mostrando-se, portanto, a solução como positiva economicamente para o Município e Secretaria da Educação. Além das vantagens de ganho de tempo, com a contratação de uma empresa especializada devidamente homologada, nota-se a melhoria dos resultados e adequação ao atendimento da população.

No caso, elencamos abaixo **de forma expressa os resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.**

Melhor aproveitamento dos recursos humanos:

- Otimização da força de trabalho : A contratação de serviços especializados para requalificação de calçadas e meio-fio permite que o pessoal interno da administração pública seja redirecionado para atividades estratégicas e finalísticas, evitando sobrecarga ou desvio de função. Isso aumenta a eficiência operacional.
- Capacitação técnica específica : A equipe contratada trará expertise técnica, reduzindo a necessidade de treinamento interno e garantindo que as obras sejam executadas por profissionais qualificados, diminuindo erros e retrabalhos.
- Redução do tempo de execução : Com equipes especializadas e dedicadas exclusivamente aos serviços, há maior agilidade na execução das obras, liberando servidores públicos para outras demandas prioritárias.
- Redução do tempo gasto pela equipe escolar em ações preventivas e corretivas relacionadas a acidentes

Melhor aproveitamento dos recursos materiais:

- Uso eficiente de insumos : Empresas especializadas possuem processos bem definidos para minimizar desperdícios de materiais, como concreto, brita, areia e outros. Isso é fundamental para garantir sustentabilidade e economia.
- Economia de escala: A contratação integrada para múltiplas unidades escolares pode reduzir desperdícios (ex.: compra conjunta de materiais como concreto, brita e tinta).
- Gestão adequada de resíduos : A contratação de empresas experientes garante a adoção de práticas de gestão ambientalmente responsáveis, como a destinação correta de resíduos gerados durante a obra (entulhos, por exemplo).
- Logística otimizada : Empresas contratadas geralmente têm estrutura logística própria, o que facilita o transporte e armazenamento de materiais, reduzindo perdas e custos associados.
- Vida útil estendida: Serviços bem executados (ex.: drenagem adequada do meio-fio) reduzem a necessidade de reparos frequentes, alongando o ciclo de vida da infraestrutura.
- Padronização: Especificações técnicas únicas evitam sobras diversificadas e facilitam a reutilização de materiais em outros trechos.
- Minimização de estoques intermediários : Empresas contratadas geralmente têm maior capacidade de gerenciar estoques de forma eficiente, evitando acúmulos desnecessários de materiais no canteiro de obras e reduzindo perdas por deterioração.
- Redução de gastos com manutenções corretivas emergenciais.
- Padronização dos elementos construtivos facilitando futuras manutenções

Melhor aproveitamento dos recursos financeiros:

- Economia de escala: A contratação de empresas especializadas pode reduzir custos unitários por meio de economias de escala, já que essas empresas possuem acesso a fornecedores e tecnologias mais competitivas.
- Evitar gastos com retrabalhos : O uso de mão de obra qualificada e materiais adequados diminui significativamente a necessidade de correções futuras, que são onerosas para o erário público.
- Redução de passivos judiciais : Contratar empresas capacitadas e realizar um planejamento adequado reduz a probabilidade de problemas legais decorrentes de execução inadequada ou falta de conformidade técnica, o que pode gerar custos adicionais.
- Economia com a redução de manutenções emergenciais não planejadas.
- Menor custo no longo prazo devido à maior durabilidade dos materiais.
- Prevenção de gastos com possíveis processos por acidentes.
- Redução de custos com manutenção: Obras de qualidade realizadas por empresas especializadas reduzem a necessidade de reparos frequentes, gerando economia a médio e longo prazo.

Enfim, tudo isso agrega, quanto a melhor aproveitamento de recursos humanos, materiais, financeiros e de economicidade ao final.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não há necessidade de providências adicionais.

A Secretaria de Educação dispõe de corpo técnico capacitado tanto para fiscalização como para a gestão contratual da futura contratação.

Desta forma, não há, num primeiro momento, ações que devem ser executadas pela Administração antes da formalização da futura contratação, com vistas à correta execução contratual.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não há a necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes.

Não há compras unificadas, a nível municipal ou a nível de Atas ou Contratos vigentes com mesmo objeto perante aos consórcios (CINCATARINA e CIM-AMUNESC) no qual o Município faz parte.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1 - Impactos ambientais

- **Desmatamento e Remoção de Vegetação:** A remoção de plantas e árvores para a obra pode afetar a biodiversidade local.
- **Erosão do Solo:** A movimentação de solo pode causar erosão, especialmente em áreas inclinadas.
- **Compactação do solo:** O tráfego de máquinas pesadas durante a construção compacta o solo, reduzindo a infiltração de água e afetando as raízes das plantas.
- **Geração de Resíduos Sólidos:** A obra pode gerar uma quantidade significativa de resíduos, como entulho e materiais de construção. **Descarte inadequado de resíduos:** Restos de vegetação e materiais de construção descartados incorretamente podem contaminar o solo e a água.
- **Alteração do Fluxo de Água:** A requalificação pode modificar o escoamento de águas pluviais, aumentando o risco de alagamentos.
- **Ruído e Poluição do Ar:** O uso de máquinas e equipamentos pode causar incômodos sonoros e emissões de poluentes atmosféricos.
- **Impacto Visual:** Mudanças na paisagem podem afetar a estética do ambiente escolar e áreas circunvizinhas.
- **Risco de Acidentes:** Obras em áreas escolares podem aumentar o risco de acidentes com alunos e pedestres.
- Chuvas podem carregar resíduos de construção para o solo e corpos hídricos próximos, contaminando-os.
- Possível assoreamento de redes de drenagem existentes.
- Interferência nas redes de utilidades (água, esgoto, energia).
- Impacto visual temporário.

12.2 - Medidas mitigadoras

- **Preservação da Vegetação:** Identificar e proteger árvores e áreas verdes no local da obra, minimizando a remoção.
- **Controle de Erosão:** Implementar técnicas de contenção, como barreiras de contenção e plantio de gramíneas para estabilizar o solo.
- **Gestão de Resíduos:** Criar um plano de gerenciamento de resíduos, com a destinação adequada e reciclagem de materiais.
- **Drenagem Eficiente:** Projetar sistemas de drenagem que respeitem o fluxo natural da água, evitando alagamentos.
- **Uso de Materiais Permeáveis:** Optar por pavimentos permeáveis que ajudem na drenagem e reduzam a temperatura local.
- **Sinalização e Segurança:** Implementar sinalização adequada e medidas de segurança para proteger alunos e pedestres durante a obra. Implementação de rotas alternativas sinalizadas.
- Transplante ou compensação da vegetação removida.
- Utilização de áreas permeáveis.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer

o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Nº	A - Identificação de riscos (processo de busca, reconhecimento e descrição de riscos, que envolve a identificação de suas fontes, causas, etc.) - considerar todas as fases da contratação (planejamento, seleção do fornecedor e execução)	Nível	B - Análise de riscos (compreensão das causas e consequências imediatas, envolvendo a consideração detalhada de incertezas, fontes de risco, cenários, controles e sua eficácia)	Nível	C - Avaliação de riscos (processo que visa apoiar decisões sobre como responder a riscos e que envolve a comparação de resultados da análise de riscos com a assunção deste pela Administração Municipal, ponderando a probabilidade de ocorrência e o impacto)	D - Tratamento de riscos (qualquer ação adotada para lidar com risco)	Conduta	
1	Não previsão no Plano de Contratação Anual e Plano Orçamentário	1	Impactos de ordem orçamentária, entretanto, afetam a contratação	1		Baixo	Ajustar o PCA vigente. Planejar com atencendências as demandas	Mitigar
2	Morosidade devido aos trâmites burocráticos para efetivar a contratação	3	Considerando todos os trâmites oriundos das Leis de regência das contratações públicas, podem haver entraves durante a análise e efetivação da contratação. Consequentemente não atender ao interesse público em tempo	3		Alto	Antecipar as contratações. Haver planejamento para que a contratação ocorra em tempo. Priorizar agilidade nas análises e tramitações do processo na fase interna	Mitigar
3	Ausência de estudos preliminares e imprecisão das definições na construção do processo de compras	1	Especificações insuficientes ou incompletas podem prejudicar a contratação. Com definições imprecisas poderá causar desinteresse do mercado, não se contratar o suficiente ou se contratar além do necessário. Não se atenderia de forma plena o interesse público	3		Médio	Capacitar os servidores envolvidos. Escolher servidores com aptidão com o objeto a ser contratado	Mitigar
4	Servidores em quantidade ou qualificação inadequada - servidores não detém as competências multidisciplinares necessárias	2	Especificações incompletas ou com requisitos irrelevantes ou indevidamente restritivos. Assim não alcançar-se-á os objetivos pretendidos com a contratação	2		Médio	Aumentar o número de servidores envolvidos, bem como capacitar os servidores que participarão do planejamento e construção do processo de compras	Evitar
5	Pesquisa de mercado insuficiente	2	Subestimada as opções de mercado, o que poderá causar restritividade no futuro certame licitatório. Bem como imprecisão do valor médio para a contratação	3		Médio	Capacitar o(s) responsável(is) pelo planejamento e construção do processo de compras. Ampliar a pesquisa de mercado	Evitar
6	Ausência de Gerenciamento de Risco (permite ações contínuas de planejamento, organização, fiscalização dos riscos que possam comprometer a execução do Contrato)	2	Imprevisibilidade dos resultados esperados. O atendimento aos objetivos pretendidos é relativizado	1		Baixo	Capacitar o(s) responsável(is) pelo planejamento e construção do processo de compras	Evitar
7	Cotações de preços para formação do preço médio da contratação elevados ou demasiadamente baixos	2	Prejuízo ao erário Público ou desinteresse de mercado	2		Médio	Capacitar o(s) servidorer responsáveis pela pesquisa de preços. Realizar ampla pesquisa de mercado	Evitar
8	Quantitativo subestimado ou superestimado	2	Não atendimento ao interesse público pela insuficiência da quantidade ou desperdício de dinheiro público no caso de superestimada a quantidade	3		Médio	Capacitar o(s) responsável(is) pelo planejamento e construção do processo de compras. Realizar um amplo mapeamento de necessidades	Evitar
9	Ausência de recursos		Indisponibilidade orçamentária impedindo contratação ou inviabilizando o contrato, gerando prejuízo à				Antes das contratações fazer reserva orçamentária para tal finalidade (LOA) ou se for o caso realizar a reprogramação	

	orçamentários	2	Administração.	4
10	Falta de interessados no futuro certame licitatório	3	Não atendimento ao interesse público em tempo. Retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	4
11	Impugnação do Edital ou documento equivalente	2	Suspensão ou revogação do certame licitatório. Não atendimento ao interesse público no que se refere a elaboração do processo licitatório. Dependendo do resultado final, pode culminar em retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	3
12	Licitação fracassada ou deserta	2	Não atendimento ao interesse público em tempo. Retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	4
13	Apresentação de recurso quanto ao resultado final da licitação	2	Não atendimento ao interesse público em tempo. Dependendo do resultado, por gerar retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	2
14	Proposta inexecutável por parte da(s) Contratada(s)	2	Atendimento parcial ou não atendimento em sua totalidade ao objeto da contratação. O que pode inclusive gerar a necessidade de novo processo licitatório	3
15	Contratada(s) se recusar(em) a assinar(em) o Contrato	2	Impossibilidade de contratar. Desistência quanto ao atendimento ao objeto da contratação. Necessidade de uma nova contratação	5
16	Contratada(s) sem capacidade técnica para atender(em) ao objeto da contratação	2	Atendimento parcial ou não atendimento em sua totalidade ao objeto da contratação	3
17				

Alto	orçamentária	Evitar
Alto	Ampla pesquisa de mercado para definição clara nos termos do instrumentos de contratação. Ampla divulgação do Edital	Evitar
Médio	Construir o processo de compras de forma adequada (tecnicamente se falando) com ampla pesquisa de mercado com exposição clara das condicionantes e especificidades da contratação	Evitar
Alto	Ampla pesquisa de mercado para definição clara dos termos do instrumento de contratação. Fazer análise do histórico de contratações neste sentido com objeto idêntico ou similar. Ampla divulgação do Edital	Evitar
Médio	Realizar adequada instrução processual	Mitigar
Médio	Solicitar documentos de habilitação de forma suficiente a corroborar a proposta apresentada. Realizar diligências se necessário	Transferir
Alto	Elaborar Estudo Técnico Preliminar, Análise de Riscos e Termo de Referência que apresentem estudo comparado realizado e de forma a atender às reais necessidades de negócio e com preços e prazos viáveis para o mercado	Mitigar/transferir
Médio	Ampla pesquisa de mercado para definição clara dos termos do instrumento de contratação, bem como disposição de sanções e penalidades no Edital visando evitar empresas inaptas de participar da licitação. Sem contar o fato da necessidade da avaliação da capacidade técnica da empresa.	Mitigar/transferir
	CAF fiscalizar e estar atenta quanto a execução contratual. Se necessário notificar ou	

	Descumprimento da entrega	3	Atendimento parcial ou não atendimento em sua totalidade ao objeto da contratação	4
18	Falha na prestação dos serviços - inexecução parcial ou total	3	Descumprimento contratual. Não atendimento ao interesse público, seja de forma parcial ou total	3
19	Ausência de acompanhamento e fiscalização do futuro contrato	1	Distorções na execução do objeto contratado. Inexecução contratual. Não atendimento de forma plena a demanda	1
20	Responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato não possuir competência multidisciplinar necessárias para a atividade	2	Não fiscalização adequada do objeto da contratação. Passível de inexecução contratual. Não atendimento de forma plena do interesse público	1
21	Contratada(s) não manter(em) a regularidade fiscal durante a execução do contrato	2	Falha na prestação na execução do objeto contratado (sem receber, a Contratada pode suspender a execução dos serviços)	2
22	Extinção contratual por descumprimento	2	Não atendimento ao interesse público. Paralisação dos serviços. Necessidade de uma nova contratação	5
23			Descumprimento contratual. Não	

Classificação dos Riscos

Alto	aplicação das devidas penalidades, no caso de descumprimento	Mitigar/transferir
Alto	Estar atento a empresa Contratada. Verificar constantemente a regularidade fiscal e demais documentação correlata. Notificar a Contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Mitigar/transferir
Baixo	Capacitar e orientar a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato quanto a importância da rotina na fiscalização. Se for o caso, substituir o(s) servidores que fazem parte da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento	Mitigar
Baixo	Capacitar e orientar a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato quanto a importância da rotina na fiscalização. Se for o caso, substituir o(s) servidores que fazem parte da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento	Mitigar
Médio	Fiscalizar rotineiramente as condições fiscais e tributárias da Contratada. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Transferir
Alto	CAF estar atenta rotineiramente quanto a execução contratual, buscando evitar descumprimentos que culminem na extinção contratual. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Transferir
	CAF estar atenta rotineiramente quanto a execução contratual, buscando evitar descumprimentos que culminem na alteração do escopo da contratação. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação	

	Alteração do escopo da contratação	1	atendimento ao interesse público, seja de forma parcial ou total	3
24	Falência da empresa(s) Contratada(s)	3	Não atendimento ao interesse público seja parcial ou total	4
25	Divergência com a(s) Contratada(s) sobre a execução no momento da execução	1	Descumprimento contratual. Não atendimento ao interesse público, seja de forma parcial ou total	2
26	Alta incidência de períodos de chuvas	3	Poderá haver paralisação da execução do serviço, consequentemente, o comprometimento do transporte dos resíduos.	4
27	Presença de obstáculos ao longo da calçada que impeçam a correta execução da mesma	3	Não atendimento ao interesse público. Paralisação e/ou interrupção na execução da calçada	2
28	Acidentes de trabalho oriundo da queda de materiais	2	Poderá haver paralisação da execução do serviço, consequentemente, o comprometimento do transporte dos resíduos.	2
29	Circulação de pessoas não autorizadas e/ou animais no perímetro de execução do serviço	1	Poderá haver paralisação da execução do serviço, consequentemente, possibilidade de acidentes e atrasos na entrega do objeto	2
30	Quebra, ausência ou falta de manutenção dos equipamentos utilizados para a prestação dos serviços	1	Não atendimento ao interesse público. Paralisação dos serviços	3
31	Acidente com pedestres	1	Falta de sinalização; obras em andamento	2
32	Problemas de acessibilidade	2	Falta de conformidade com normas de acessibilidade	4
33	Falta de segurança no trabalho	2	Equipamentos de proteção inadequados	2
34	Impacto ambiental	2	Descarte inadequado de resíduos	1
35	Queda de nível	1	Calçadas desniveladas, falta de sinalização, materiais escorregadios. O que pode gerar acidentes, tais como fraturas, contusões, lesões graves, morte.	2

Médio	das penalidades previstas no Contrato	Mitigar/transferir
Alto	Fiscalização constante. Contratação emergencial e nova licitação	Mitigar/transferir
Baixo	CAF estar atenta ao cumprimento das exigências e condições da contratação. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Mitigar/transferir
Alto	Prever a realização de atividades que possam ser realizadas mesmo com chuva por parte da Contratada. P. ex. na parte interna de imóveis	Mitigar
Médio	Definir medidas de identificação dos possíveis objetos que possam afetar na execução das calçadas. Solicitar a retirada e/ou mudança dos obstáculos, assim como, realizar uma solução viável que atenda aos critérios de acessibilidade, conforme as normas técnicas vigentes.	Mitigar/transferir
Médio	CAF estar atenta a execução do contrato de acordo com a legislação relacionada a segurança do trabalho	Transferir
Baixo	Adotar medidas de isolamento da obra, assim como, o direcionamento dos pedestres para uma rota segura.	Transferir
Médio	CAF estar atenta a execução do contrato para evitar o descumprimento dos prazos	Transferir
Baixo	Sinalização adequada; isolamento da área de trabalho	Transferir
Alto	CAF estar atenta quando da execução dos serviços para que os mesmos estejam compatíveis a legislação vigente	Transferir
Médio	Treinamento em segurança; fornecimento de EPIs	Transferir
Baixo	Planos de manejo de resíduos	Transferir
Baixo	Sinalização adequada de áreas de risco	Transferir
Baixo	Uso de equipamentos com	

36	Poluição sonora	2	Uso de máquinas e equipamentos ruidosos. Incômodo à comunidade escolar e vizinhança, problemas auditivos.	1			Baixo	níveis de ruído aceitáveis, horários para execução de atividades ruidosas, avisos prévios à comunidade.	Transferir
37	Interrupção do acesso à escola	1	Fechamento de vias de acesso durante a obra. Dificuldade de acesso à escola, atrasos nas aulas.	2			Baixo	Planejamento da obra para minimizar interrupções, sinalização clara e eficiente, comunicação prévia com a comunidade escolar.	Mitigar/transferir
38	Ruptura de serviços essenciais	1	Interferência em redes de água, eletricidade ou internet	1			Baixo	Planejamento prévio com concessionárias; aviso à população	Transferir
39	Problemas de drenagem	2	Obras mal executadas que causam alagamentos	2			Médio	Estudo prévio de drenagem; adequação às condições locais	Mitigar/transferir
40	Não conformidade com normas	1	Calçadas fora dos padrões da ABNT	4			Médio	Fiscalização por profissional habilitado	Transferir
41	Desperdício de materiais	1	Planejamento inadequado e cálculo impreciso	1			Baixo	CAF realizar a fiscalização de forma próxima a execução dos serviços	Transferir
					Risco Geral		Médio		
Probabilidade (P)			Impacto (I)			Classificação dos Riscos		Possibilidade de Tratamento dos Riscos	
Índice	Descrição	Nível	Índice	Descrição	Nível	Pontuação (A x B / P x I)	Risco	Conduta	Descrição
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1	Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.	1	15 a 25	Muito Alto	Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Pouco provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2	Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.	2	8 a 12	Alto	Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3	Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3	3 a 6	Médio	Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com			Torna improvável o alcance do objetivo.					Desenvolver e implementar

Muito provável	elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4	Alto	Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultados.	4	1 e 2	Baixo	Mitigar/transferir	ambas as medidas: mitigar e transferir
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5	Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultados.	5	0	Muito Baixo	Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)



De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Parâmetro considerado	Sim	Não	Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		Médio
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x		Vide item 13, acima
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		Vide item 13, acima



CONCLUSÃO:

a) Com base nas informações levantadas durante este estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento entende ser viável a solução [a contratação de empresa especializada na requalificação dos passeios (calçadas) e meio-fio das unidades, de concreto, através do Sistema de registro de preço (SRP)] descrita no presente Estudo Técnico Preliminar para a presente contratação, vez que se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público. A solução escolhida para a presente contratação é a contratação de empresa especializada para realizar o serviço.



b) No mais diante de todas as informações colhidas no presente documento demonstra que há adequação (alinhamento) da solução escolhida frente a necessidade a ser atendida. A solução escolhida para a presente contratação é a contratação de empresa especializada para realizar o serviço.



Documento assinado eletronicamente por **Erico Rafael da Silva, Servidor(a) Público(a)**, em 16/05/2025, às 09:23, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Diego Calegari Feldhaus, Secretário (a)**, em 16/05/2025, às 13:01, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Ademar Stringari Junior, Gerente**, em 20/05/2025, às 09:15, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **25452640** e o código CRC **29369A5D**.